

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ATA Nº 020

PRESIDENTE - DEPUTADO SÉRGIO RICARDO

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Boa-tarde, senhoras e senhores, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta audiência pública, solicitada pelo Deputado Riva, com o objetivo de debater temas referentes à Semana Nacional Antidrogas e também, um ato importante e um fato relevante, instituir a Frente Parlamentar Antidrogas.

Convido para fazer parte da mesa o Sr. José Antônio Vieira, presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN; o Dr. Vladimir Faissal, da Delegacia de Repressão a Entorpecentes; o Coronel Leovaldo Emanuel Salles, Coordenador do GEFRON; o Major PM Tadeu, coordenador do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência; o Sr. Guaraci José de Almeida, presidente do Escritório da UNESCO em Mato Grosso; o Sr. Jonas Alves de Faria, Coordenador Estadual da Maçonaria contra Drogas no Estado de Mato Grosso; o Sr. José Luiz Leite, presidente do CEPROMAT - Centro Estadual, Profissional e Tecnologia de Mato Grosso; o Dr. Ivo Saldanha, Médico Psiquiatra e presidente do COMAD - Conselho Municipal Antidrogas, de São José dos Quatro Marcos.

Composta a mesa, convido a todos para que, em pé, ouçamos o Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Nós queremos agradecer a presença do Sr. Natalício Menezes, Secretário Executivo do Fórum do Direito da Criança; da Professora Débora Erflcia Pedrotti, técnica da SEDUC, neste ato representando a Secretária de Estado de Educação Ana Carla Muniz; do Major Barros, do Corpo de Bombeiros Militar; do Major Alberto de Barros, Assessor Militar do Tribunal de Justiça; do Sr. João Bosco Dorileo, Policial Rodoviário Federal; do Sr. Antônio Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública; do Capitão PM Fábio de Souza Andrade, representando o Cel. PM Joaquim dos Santos Silva, do Batalhão de Trânsito da PM; da Aspirante Viviane, do Corpo de Bombeiros Militar; da Srª Lillian Bruehmueller, presidente do Grupo Refrigerante Marajá; do Sr. Luiz Sérgio Ferreira, membro do *Lions Club* de Várzea Grande; do Dr. Jonas Valença, Médico Psiquiatra, representando o Conselho Regional de Medicina; da Srª Carla Patrícia Ribeiro Menezes, Assistência Social Caju 2000; da Professora Helenice Miele, Coordenadora Pedagógica da Faculdade Afirmativo; da Srª Nilva Aquino da Silva, Enfermeira do Complexo Pomeri-Cuiabá; da Srª Inês Lima da Silva, Enfermeira do Complexo Pomeri-Cuiabá; do Sr. Lázaro Donizete da Silva, representando a Senadora Serys Shlessarenko; do Sr. José Bonifácio da Silva, dirigente da Comunidade Terapêutica Membro da Água; da Srª Dalete Soares, representando a Vereadora Enelinda Scalla; do Sr. Alex Bezerra, representando o CETAC - Centro de Apoio Comunitário; do Dr. Marcos Bernig, Advogado; do Sr. Fabiano Filho, Vereador de Sinop; do Sr. Juliano Munir, Diretor de Habitação do DETRAN, representando o presidente Moisés Sachetti; do Sr. Sadi Casonato, comerciante.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Nós ouviremos os nossos palestrantes e depois abriremos a palavra para as pessoas que estão acompanhando este debate e que poderão fazer sua participação, suas perguntas, depois de inscrição prévia. Há uma pessoa inscrevendo aqueles que querem fazer uso da palavra.

Quero passar a palavra para o Sr. José Antônio Vieira, presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA - Boa-tarde, Sr. Presidente, Deputado Sérgio Ricardo, colegas de mesa, sociedade toda representada neste auditório hoje, todos os segmentos, servidores públicos, servidores do CONEN, do CPR, obrigado por terem vindo.

Inicialmente, quero dizer um pouco a respeito da Semana Nacional Antidrogas, que foi instituída em 1998, com o objetivo de discutir a substituição do antigo CONFEN, que era o Conselho Federal de Entorpecentes. E a partir daí, de 1998, naquela reunião do Governo anterior, da qual participaram mais 117 países, ficou acordado que em dez anos a redução de demanda de drogas deveria acontecer nesses 116 países, incluindo o Brasil, e a redução de oferta também, conseqüentemente.

É interessante ressaltarmos que nesses seis anos muita coisa aconteceu em prol de toda essa redução de demanda e oferta de drogas. Foi criada a Política Nacional Antidrogas, a Secretaria Nacional Antidrogas e, conseqüentemente, o Conselho Nacional Antidrogas, do qual eu também sou conselheiro, um dos conselheiros do Conselho, que sofreu toda uma reestruturação visando implementar essa política nacional antidrogas. E chegamos ao ponto de verificar a dificuldade que existe para se implantar essa política nacional antidrogas no Brasil nos dias de hoje.

No primeiro fórum, em 1998, tivemos a participação de duas mil pessoas representando toda a sociedade brasileira em Brasília, onde pudemos colher frutos para essa política. E o importante de tudo isso é a aplicação, não só termos a política, mas implementá-la nos Estados e nos municípios, que é o objetivo maior de toda essa mobilização que foi feita.

Mas ainda continuamos trabalhando. Todo ano, o dia 19 de junho é marcado pela criação da Secretaria Nacional Antidrogas e o dia 26 de junho é o Dia Internacional de Combate às Drogas. Então, nesse período de 19 a 26 de junho as atividades de redução de demanda e oferta de drogas têm como objetivo sensibilizar toda a sociedade brasileira para as atividades de redução de demanda e oferta de drogas.

E é evidente que nos dias de hoje ainda acontece, só nesses sete dias, praticamente, do mês de junho, mas nós temos agora para o mês de agosto a outubro a realização de fóruns regionais através da Secretaria Nacional Antidrogas, em que nós vamos estar ouvindo a população brasileira, a sociedade brasileira para fazer um realinhamento da política nacional antidrogas e, quem sabe, no ano que vem, nós começemos a implementá-la nos Estados.

Eu vou ouvir as outras falas para depois falarmos um pouquinho de toda essa questão da Frente Parlamentar Antidrogas, que foi anunciado aqui pelo Deputado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Dr. Ivo Saldanha, médico psiquiatra e Presidente do COMAD - Conselho Municipal Antidrogas de São José dos Quatro Marcos.

O SR. IVO SALDANHA - Quero agradecer os componentes da Mesa, os irmãos, as irmãs, os companheiros representantes de entidades que estão aqui, a Frente Parlamentar e escoteiros.

Eu acho que esse encontro de hoje é muito importante para todos nós; acho que nós temos que pegar tudo que nós sabemos, dos conhecimentos científicos, das experiências de outros países e do nosso - eu, infelizmente, carrego uma experiência de muita coisa que não deu

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

certo, que foi dos trinta anos de trabalho no Ministério da Saúde, no Hospital Pedro II, primeiro hospital do país, lá no Rio de Janeiro, no Engenho de Dentro, perto da Penitenciária de Água Santa. Todo o meu trabalho foi feito na rua. Terapia de rua; dentro de penitenciária, dentro de entidades de alcoolismo, nas favelas e atendendo mesmo na rua e em outros Estados também. Graças a Deus, tive a felicidade de estar em São José dos Quatros Marcos, já trabalhando há dois anos. Lá, nós estamos implantando um trabalho e participando constantemente do CONEN. Um dos melhores CONENs do país é o de Mato Grosso, do nosso irmão Zé Antônio. São muito bons todos os cursos que ele tem feito. Eu tenho estado presente e constatado isso.

O que eu tenho observado e acho que é uma experiência boa para todos nós? Nesse convívio com as pessoas, com o ser humano de todas as classes, eu cheguei a uma conclusão de que eu acho que pode ser uma experiência, de repente, poderíamos todos dar as mãos e fazer um teste para uma nova arrancada neste século. Lá na cidade, por exemplo, eu acho que já é possível, com os conhecimentos que se tem dessas massas humanas, da formal, da informal e da carcerária. Como nós fazemos, principalmente, para não deixar que essas pessoas cheguem a massa carcerária? Porque o caminho para chegar a massa carcerária é longo e nós não sabemos o que vai acontecer.

Então, já é possível, se unirmos o que já temos organizado na comunidade dos conselhos, nas associações, nos sindicatos, nos poderes, se nós tivermos uma comunicação entre nós, nós podemos já fazer levantamento de alto risco. Já podemos, na máquina governamental, pegar a Secretaria de Educação, por exemplo, nas escolas e fazermos um levantamento, um projeto terapêutico de alto risco já num projeto macro. Podemos fazer, hoje, o trabalho de redução de danos e podemos trabalhar aqueles que estão em crise. Já é possível se fazer isso. Nós já fizemos isso numa escola lá em Quatro Marcos e estamos tentando fazer na rede escolar, que já está começando a entrar em risco e temos um projeto, pegar os conselhos, os clubes de serviços, porque o que acontece hoje, quem mais se organizou no universo foi o corpo humano. Mas o corpo humano o que é que fez? Uniu o pé, uniu a canela, uniu a coxa, uniu tudo num corpo e tudo funciona organizado, participativo, para se fortalecer esses elos sistêmicos dessas redes sociais, porque, às vezes, o grupo de serviço faz um bom trabalho, mas está isolado; o Conselho faz um bom trabalho, mas está isolado. Nós precisamos nos unir, compactarmos.

Nós vimos no Rio de Janeiro, Zé Antônio, e fizemos um estudo nas favelas. Lá tinham três tipos de associações: associação de moradores que eram delinquentes; associação de moradores que era política; e associação de moradores que era comunitária. E que se precisava fazer? Fortalecer determinadas associações para dar estímulo e responsabilidade social a ela.

E nós, lá, conversamos com o Prefeito, e ele autorizou, já no próximo orçamento, fazer o micro-orçamento. Tem o orçamento geral do Município, tem os micro-orçamentos voltados para as comunidades organizadas, para que elas saibam que, num determinado bairro, ela vai ter, por exemplo, dez mil reais para serem aplicados durante o ano para os projetos emergenciais da comunidade, para incentivar. O Estado tem que estar presente.

Minha mulher dá um exemplo e que eu tenho tirado lições disso: se você vai a um baile e tem a sua cadeira, mas deixa-a vazia, vem alguém e senta. E o poder público permitiu, como no Rio de Janeiro, que se estabelecesse o segundo governo, que é o governo do crime organizado. Ele deixou vazio.

Então, é preciso o poder público, nesses micros orçamentos, nessas participações, ocupar o espaço; e aquele espaço incentivar as comunidades a participar, as comunidades participativas, comunitárias, para se fortalecerem. Porque antes nós vimos, inclusive no orçamento do PPA, que o cidadão é chamado para dar idéia, para fiscalizar as políticas públicas, mas não é

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

chamado para gerenciar. Então, a cidadania plena, em que se participa, fiscaliza e gerencia fortalece essas ramificações sociais e comunitárias.

Saiu uma legislação nova que é chamada “as cooperativas sociais”, que segue uma legislação da Itália, das empresas sociais de lá. Essa cooperativa social é importante, porque o egresso da cadeia, do manicômio e dos deficientes, eles não têm referência, não têm uma associação, não têm um sindicato, não têm nada, estão soltos.

Então, é importante, quando ele retorna da massa carcerária, que ele tenha uma referência e seja realmente introduzido através do trabalho, do emprego, da geração de renda no mercado de desperdício e no mercado de sobra. Então, é importante saber trabalhar com esse pessoal, é importante pegar toda uma comunidade e criar - como lá chamamos - uma orquestra social, cada um toca um instrumento e todos tocam a mesma música. Criar elos sistêmicos, todos integrados, participando atuante, para sairmos daquele processo. É daqueles aprendizados que temos e a vontade que temos, e não estamos sabendo nos comunicar com esses elos que existem entre nós.

Então eu vejo hoje, José Antônio, que de repente o nosso Estado pode ser um exemplo. Qual é o exemplo que esperamos trazer do Rio de Janeiro, das grandes metrópoles? Os exemplos que não deram certo. E nós temos que pôr a nossa barba de molho para não ficarmos igual a eles, porque nós temos que viver, temos que conviver, temos que estar felizes e temos que ter os outros felizes também perto da gente.

Então, eu vejo, nesse processo das substâncias psicoativas, na dependência química, que nós podemos dar um passo à frente. Tudo o que já aprendemos, das experiências que temos dos outros lugares, e aplicarmos aqui em Mato Grosso. De repente colher até no município. O que podemos introduzir que nós já temos? Então, vamos dar as mãos e fazer tipo uma sementeira.

Quem sabe não podemos fazer isso, lá por São José dos Quatro Marcos, essas oficinas terapêuticas. São extraordinárias as oficinas que fazemos de informática, de artesanato, de pintura em tela, de plantio dentro dessas cooperativas, dessas coisas todas. E observamos que é preciso levar mais lazer, levar mais música, mais dança, mais atividade física.

E as parcerias com o Poder público, com a iniciativa privada, com a comunidade, com todos? Eu acho que é possível darmos uma lição nas grandes metrópoles, que não têm, infelizmente, muita coisa a nos ensinar. E o Estado de Mato Grosso é um Estado novo, que está começando, Estado importante e a população responde.

Então, eu quero agradecer aqui a oportunidade de ter vindo aqui e, sem bajulação, dizer a você que esse é o melhor CONEN que existe no País. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Convido o Sr. Guaraci José de Almeida para fazer uso da palavra, Presidente do Escritório da UNESCO em Mato Grosso.

O SR. GUARACI JOSÉ DE ALMEIDA - Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado Sérgio Ricardo. Através deste, gostaria que os nossos cumprimentos fossem transmitidos à Mesa da Assembléia Legislativa pela decisão acertada de convocar esta audiência pública e de procurar instituir uma frente parlamentar em relação à questão da droga no País e nosso Estado particularmente, em especial na região metropolitana de Cuiabá e Várzea Grande, que é uma das questões graves que se atenta no mapa da violência.

Cumprimento também o nosso querido Presidente, José Antônio, que vem num sacerdócio de longas datas procurando trabalhar, dirimir e levar até a sociedade a construção de uma rede de solidariedade no combate da questão da dependência química. Em nome dele, cumprimento toda a Mesa e, em especial, os senhores aqui na platéia.

As Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO têm como mandato permanente de toda a sua existência a questão da cultura de paz, uma

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

vez que foi criada num momento em que o mundo passava pelo maior genocídio da história, que foi a 2ª grande Guerra Mundial, e tem sua sede em Paris.

Historicamente também é justificável que seja em Paris, porque aquele foi o cenário da 2ª grande Guerra Mundial e lá é que se permitia e que se exigia, num primeiro momento na história do mundo, que se discutisse a questão da cultura de paz, que é o mandato permanente da UNESCO para o mundo como um todo.

A partir da declaração e do programa de ação sobre uma cultura de paz aprovado pela ONU, pela assembléia geral da ONU, a partir de 2000, institui-se a década da paz. E essa preocupação que já existia em relação à questão das drogas dentro do contexto da UNESCO passa então a assumir em todos os países membros da ONU e em especial naqueles onde a UNESCO tem uma presença mais forte, que é o caso do Brasil, a UNESCO começa a procurar determinadas alternativas de intervenção junto à sociedade local, nacional e regional.

Então, nesse contexto, a partir do ano de 2000 foram desenvolvidos alguns programas, que, no caso de Cuiabá, teve o espaço aberto aqui na Escola Presidente Médici, que atuou durante dois anos consecutivos e, posteriormente, fez parte do Livro das Escolas Inovadoras, em que foram escolhidas 14 escolas no país todo, sendo que a Escola Presidente Médici foi uma das premiadas. Esse recurso foi financiado pela Secretaria de Educação do Estado e a Escola Presidente Médici foi premiada com cinquenta mil reais, em virtude da redução do nível de violência no âmbito interno da escola. Como foi um projeto piloto não se aferiu a questão exclusivamente da droga, dos conflitos familiares, etc e tal, mas no âmbito interno da escola houve uma redução significativa comprovada na pesquisa e que está publicado nesse livro que foi lançado no ano passado.

Logo em seguida também, neste ano nós tivemos uma ação, que foi a instituição de um comitê por uma Cultura de Paz em Mato Grosso. Naquele momento, o Deputado João Malheiros apresentou um projeto de lei, criando o Dia da Cultura de Paz para o Estado de Mato Grosso e tem uma comissão que está instituída e se reúne no âmbito da UNESCO, aqui no Estado, para discutir algumas programações. Foram previstos quatro grandes eventos este ano, sendo que um já aconteceu e os outros três serão programados a partir do mês de julho para acontecer até o final do ano.

Então, tem essa rede, da qual fazem parte representantes da Polícia Militar, da Brigada, da Assembléia Legislativa, do CONEN, da Secretaria de Educação, dos clubes de serviços e de várias outras instituições. Ainda nessa discussão, nós acabamos de fechar, hoje, uma discussão com o DETRAN, que é um programa de educação para o trânsito, no âmbito do Estado, também já em virtude da cultura de paz. Na questão do trânsito, a dependência química é uma das causas dos acidentes com vítimas e com morte e, em especial, na juventude.

O outro seria um programa de educação em saúde. Também ainda, no âmbito do Estado, já fechado, a partir da semana que vem, em termos de negociação, também já está pronto um projeto na região do Parque do Lago, do Cristo Rei, porque se você tem, territorialmente, uma área que é passível de fazer um projeto piloto e ter uma intervenção e conseguir, a partir daí, aferir alguns resultados. Então, essa discussão já foi feita com a Prefeitura Municipal, com várias instituições lá da Cidade de Várzea Grande, com apoio da UNIVAG, que forneceu mais de duzentos estagiários para essa discussão.

Tem aí a interveniência da Secretaria de Segurança Pública, em especial da Polícia Militar, também atuando em Várzea Grande. Hoje o DETRAN também vai participar desse programa chamado Abrindo Espaço no Âmbito da UNESCO e o nome que será dado lá, um nome fantasia, está em discussão pelas diretoras de escola, pela própria comunidade em que os espaços são abertos... Da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, de todas as outras instituições parceiras

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

onde se pretende que se estabeleça uma discussão ampla com relação a essa cultura de paz, à prevenção de drogas, outros temas que na área cultural, artística e mesmo da transferência de conhecimento, reforço escolar, especialmente a questão do esporte como atrativo para que a família, a comunidade venha no final de semana para a escola e isso evita a utilização de drogas.

Dentro dessa perspectiva, o programa que a UNESCO vem executando há alguns anos, a partir de 2000, especialmente nos últimos três anos, tem dado um bom resultado em Pernambuco e no Rio de Janeiro; a partir do ano passado em São Paulo e já há três ou quatro anos na Bahia. Especialmente no Programa de Pernambuco, a redução na região metropolitana de Recife, ao abrir o espaço das escolas nos finais de semana em que envolva como protagonista principal o próprio aluno, o próprio jovem, a redução da violência em que esse jovem esteja participando chega a 75% dos atos de violência e de conflitos. Isso não significa que estejamos falando daquela briga direta onde você tem um acidente, alguém sai ferido individualmente, há uma agressão física, mas do clima de violência como um todo que teria dentro do espaço organizacional de cada escola. Então, essa redução chegou a 75% nesse programa. É uma redução bastante significativa.

Da mesma forma nos outros programas, em que reduziu menos do que isso, evidentemente, também são programas que estão sendo implementados nesse momento. Mas o que nos ensinou essa discussão? Em primeiro lugar, que a questão da violência é uma questão cultural muito forte em que o jovem tem que ser respeitado enquanto protagonista da sua própria história. Ele tem que participar da construção daquele espaço, para que ele tenha apego aquele espaço e, naquele momento, saiba exatamente o que vai acontecer.

Portanto, desde a programação da arte que vai ser discutida, da tarde que vai ser elaborada com relação ao esporte, da apresentação cultural, do conjunto, das palestras que vão transferir tecnologia, que vão transferir conhecimento, seja biologia, seja questão da saúde, seja um tema social, política e institucional ou mesmo curiosidades ou a dança, há uma escolha onde o jovem, que é daquela escola, tem um papel decisivo na escolha dessa pauta.

O segundo ponto: O jovem consegue trazer para a escola a comunidade, seus pais, seus tios e os seus amigos, com muito mais facilidade do que o próprio poder público, mesmo que este procure e faça uma campanha muito grande. Então, o jovem tem muito mais facilidade nesse sentido.

E o outro, que nos ensina muito claramente, é que cada escola é uma instituição em particular. O Secretário de Educação e o Prefeito não mandam nas escolas. É praticamente impossível mandar, dada à autonomia profissional que tem o professor, assim como tem o Médico, assim como tem o Advogado. São carreiras de Estado em que a autonomia é muito forte.

Portanto, cada escola tem a configuração de uma cultura organizacional própria. Ela tem que ser respeitada profundamente, goste ou não dela. Não nos cabe gostar ou deixar de gostar; cabe-nos entender que aquela escola tem uma forma de ser e de agir. Assim como o Deputado Sérgio Ricardo tem uma personalidade e o Coronel tem outra, cada escola é única e específica dentro do universo escolar. Mesmo que ela pertença à mesma rede e esteja situada a trezentos metros uma da outra, elas não serão idênticas nunca.

Então, esse conhecimento é que a UNESCO tem a preocupação de respeitar, o que, eventualmente, demora um pouco, há uma delonga, como dizem alguns. Por que não vamos direto à prática, ao pragmatismo e ficamos discutindo numa idéia de participação? Às vezes, essa participação demora um pouco, mas nos ensina muito e as pessoas aprendem muito nesse conjunto. E a conceituação do que significa cada espaço para criarmos a forma de intervenção passa a ter um significado diferente e todo especial quando entendemos esses pontos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Os outros pontos que observamos nessa discussão são algumas questões estratégicas, como a questão da baixa renda, da inclusão social num Estado onde temos um crescimento muito acima da média e o nosso índice de Gini permanece estático nos últimos dez anos. Isso significa o quê? Que houve uma concentração de renda na última década dentro do Estado, embora tenha gerado riqueza, embora os mais pobres também tenham tido um aumento de sua renda, mas a proporcionalidade não aumentou, pelo contrário, até reduziu um pouco. Então, nós temos uma questão, que é uma questão estratégica dentro desse combate, tanto a oferta quanto a demanda dos produtos químicos que causam dependência.

A outra questão muito forte é a do preconceito de raça, a questão do negro, a questão do índio e a questão da mulher, questão de gênero. Nós temos um preconceito muito forte na nossa sociedade, quer queira, quer não queira, e o negro está numa situação muito mais adversa do que o restante. Essa é uma comprovação tranqüila em todas as pesquisas e nós poderemos ver daqui a pouco alguns dados.

Outra questão é o alto custo do tratamento contra o baixo custo de acesso às drogas. E nós não temos acesso a bens culturais. Para tanto, vamos convidar a Assembléia Legislativa, vamos procurar falar ainda hoje, ou amanhã, com o Deputado Riva e com todos os senhores para participarem da SBPC Cultural como uma das formas de democratização da cultura no nosso Estado e a SBPC está sendo cultural, está sendo organizada pela UNESCO, pela Universidade e pelo Governo do Estado. Posteriormente vamos encaminhar a todos essa programação e estão todos convidados.

A outra questão é a baixa escolaridade, que são somatórios de questões que resultam nessa explosão e que vêm explicar para cada um, com maior ou com menor peso, a questão do uso da droga no nosso Estado.

A outra é a insipiência das nossas políticas públicas, face à sua descontinuidade entre um mandato e outro, entre a substituição, no mesmo mandato, do gestor naquele momento. De repente, quem está gerindo a polícia militar, ou quem está gerindo a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, ou que está gerindo a Secretaria de Educação, ou do município ou do Estado, ao ser trocado, troca-se por completo todo o time que estava ali trabalhando e, nesse sentido, temos a descontinuidade das políticas públicas.

De que forma isso pode ser reduzido? Também esses programas têm nos ensinado. Na medida em que, ao fazer o arranjo institucional para que ele dê a sua própria largada, você faz um arranjo institucional que politicamente é forte, ao trocar um dos parceiros, mesmo que seja o financiador, o programa não falece, ele não morre, porque há um grupo de outras instituições que continuam levando e exigindo, com legitimidade política, a presença do Poder Público naquele local e a continuidade da sustentabilidade do programa.

Portanto, esse arranjo institucional bairro a bairro, escola a escola, instituição por instituição, é uma necessidade para legitimar o nosso próprio modelo de intervenção no combate à proliferação de drogas.

A outra é a intervenção alternativa. Nós precisamos apostar nas redes de solidariedade. A sociedade tem muito que cobrar do Estado, o Estado tem muito que cobrar da sociedade. Não tem certo nem errado nesse momento, o que precisamos entender é que as redes de solidariedade são as que têm as melhores experiências de sucesso. Por incrível que pareça, não é o Poder público, é a sociedade que apresenta as melhores experiências de sucesso.

E nessas experiências de sucesso, temos duas variantes muito claras. Uma que é a questão confessional. Desculpem-me aqueles que são mais confessionais, mas podemos usar um exemplo, que não é para brincar com ninguém: alguém tem fé em Deus e quer chegar ao céu para

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

garantir o seu terreno no céu, para não ser um sem-teto no céu, e ele está querendo fazer uma boa ação, por isso, se liga a uma rede de atenção para ganhar a sua própria salvação. O seu ato pessoal pode ser - eu estou colocando de uma forma exagerada - um ato exageradamente egoísta da sua parte, por acreditar na sua salvação, mas o que quero dizer é o seguinte: 90% da nossa atuação estão ligadas às redes confessionais em todo o país.

A outra é uma luta pura e simplesmente daquele que seja confessional ou não, seja ateu ou não, que é uma questão de direito; é o direito de um jovem, entre 15 e 24 anos, ou de uma criança receber da sociedade e de todos nós cidadãos a responsabilidade constitucional e legal para com essa pessoa no seio sociedade; e em respeito a isso participar de uma rede de solidariedade para resgatar a qualidade de vida não somente daquela pessoa, mas também da sociedade como um todo.

Então, são essas duas variantes, sendo que a primeira, a idéia confessional, ainda é a idéia hegemônica, não da forma exagerada como eu coloquei, mas simplesmente para deixar claro que o respeito às confissões religiosas, sejam elas um terreiro de santo, uma igreja evangélica ou uma igreja católica, de qualquer natureza, merece o mesmo respeito quando se tratar dessas questões, porque elas têm, muitas dessas confessionalidades, experiências de sucesso extraordinárias, e nós não temos o conhecimento, nem a forma, a metodologia que eles estão utilizando para termos competência para replicá-las, porque cada confessionalidade tem uma cultura própria no seu procedimento de intervenção. A Igreja Assembléia de Deus, a Igreja Universal, a Igreja Batista, qualquer uma delas tem uma forma, e ao adentrarmos e copiarmos o modelo que ela fez, nós não temos a cultura que ela tem, portanto, não vai dar certo. Não adianta escrever o figurino, não há receita para isso. É isso que queremos dizer.

Portanto, só há uma oportunidade: a parceria, e uma parceria sem desconfiança. Se a igreja está fazendo, ela vai continuar fazendo, vamos apoiá-la. Vamos fiscalizar o dinheiro público que for para lá, essa é outra história, é nossa obrigação, mas nós não podemos achar que copiando lá, entregando na mão de uma Secretaria de Estado ou de um grupo somente de bem intencionados vai dar certo. Não vai! Por quê? Porque não tem por trás aquele escopo chamado cultura, daquele grupo próprio, para poder fazer com que isso dê certo. Por isso, boas experiências que dão certo num lugar, não vão dar certo em outro nunca.

Esse é um dos momentos em que há dificuldade de selecionarmos essas obras sociais, essas experiências de sucesso e torná-las replicáveis ao longo do país. Tirarmos uma da Bahia, trazermos para Cuiabá; pegarmos uma de Cuiabá, levarmos para Nova Olímpia; tirarmos uma de Guarantã do Norte, trazermos para Várzea Grande; ou coisas dessa natureza. Nós precisamos estar atentos a essa discussão, que é outro ponto sério para nós.

A outra é a qualificação do quadro para tratar da questão. Muitos professores chegam em sala de aula e são radicalmente contra qualquer uso de substância química, acreditam piamente que estão fazendo um trabalho para dissuadir o aluno do uso de qualquer desses produtos que causam dependência, mas a sua forma de colocação, mesmo ele sendo contra e acreditar que está fazendo uma boa ação, repercute exatamente pelo lado oposto.

Então, a não qualificação... Nós temos tanta gente, às vezes, com boa intenção, querendo participar, e nós não temos, o Estado não oferece, diuturnamente, possibilidades dessas pessoas adentrarem, sem terem o conhecimento de como advogar a causa da não proliferação das drogas, da redução tanto da oferta quanto da demanda, do que significa a sua intervenção dentro de uma sala de aula, e ao invés de estar fazendo o bem, pode estar fazendo o mal.

Eu não tenho essa competência para chegar numa sala de adolescentes e fazer um discurso antidrogas. Eu não tenho. Eu dou conta de falar sobre políticas públicas neste auditório, mas não dou conta de fazer esse papel. Eu não fui capacitado para isso. Sei números, sei dados, mas



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

o que interessa isso? A minha postura de motivador não é adequada. Portanto, com certeza, eu vou me dar mal. Ao invés de dissuadi-los, eu vou incentivá-los a conhecer mais rapidamente o produto. Eu não tenho essa competência. Quantos não têm e acham que têm e estão fazendo?

Nós temos esse problema em nosso Estado, no Estado de Mato Grosso, pela carência da qualificação. E essa qualificação não pode ser uma qualificação do quadro público, ela é muito mais uma qualificação da sociedade como um todo e das organizações não governamentais, ela tem que se expandir de uma forma geométrica e dentro da sociedade como um todo. Essa é outra questão estratégica não resolvida, sobre a qual nós temos pareceres diferentes, metodologias diferentes de como criar esses multiplicadores.

Enfim, quero apenas agradecer pela oportunidade, Deputado Sérgio Ricardo, agradeço a todos vocês e estou à disposição para o debate (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Essa Frente Parlamentar Antidrogas, o Estado de Mato Grosso vai ser o pioneiro a instituí-la, porque hoje não existe em nenhum Estado brasileiro essa frente que a Assembléia Legislativa está se propondo a criar.

Eu quero passar algumas informações que nos foram trazidas pelo CONEN, importantíssimas, até para o debate, na seqüência, e é importante que essas informações sejam colocadas.

Quero dizer também que estamos aqui com o nosso amigo, Deputado Da Silva, da região de Cáceres, participando desta audiência pública.

Esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Assembléia, canal 36.

Com relação aos custos sociais decorrentes do uso abusivo de drogas: “Para estimar os custos relativos ao uso e abuso de drogas (lícitas e ilícitas), em termos de saúde pública, as pesquisas têm se pautado principalmente nos gastos com tratamento médico, na perda de produtividade de trabalhadores consumidores abusivos de drogas e nas perdas sociais decorrentes de morte prematura”.

Quanto a drogas e violência: “É corriqueira a associação entre drogas e violência, especialmente no que diz respeito ao tráfico de substâncias ilícitas, haja vista o crescimento de presos envolvidos com as drogas. As prisões relacionadas com drogas passaram de 25%, no período de 1980 a 1990, para 68% de 1990 a 2000. Os custos com um criminoso no Brasil são, em média, R\$1.000,00 por mês durante um tempo médio de oito anos. Isso significa um custo total médio, por preso, de quase R\$100.000,00”.

As drogas e o trânsito: “Em 1997, pesquisas realizadas nas cidades de Recife, Brasília, Curitiba e Salvador, mostraram a alta presença do uso de drogas, especialmente álcool, nas situações de violência no trânsito; 61% das pessoas envolvidas nos acidentes usaram álcool”.

As drogas e o trabalho: “No Brasil, estudo realizado no ano de 1993 pela FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, aponta que de 10 a 15% dos empregados têm problemas de dependência, e que esse abuso é responsável por três vezes mais licenças médicas que outras doenças; aumenta cinco vezes as chances de acidentes de trabalho; está relacionado com 15 a 30% de todos os acidente de trabalho; é responsável por 50% da falta de assiduidade e licença médica; leva a utilização de oito vezes mais diárias hospitalares; leva a família a utilizar três vezes mais assistência médica e social”.

Gostaria, para continuar esta audiência pública, de chamar para fazer uso da palavra o Coronel Leovaldo Emanuel Salles, que é Coordenador do GEFRON. Antes, porém, convido o Deputado Da Silva para assumir os trabalhos desta audiência pública.

(O SR. DEPUTADO DA SILVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15:27 HORAS.)

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Com a palavra, o Coronel Leovaldo Emanuel Sales.

O SR. LEOVALDO EMANOEL SALES - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Da Silva, que é representante da nossa região Oeste, nosso amigo particular; cumprimentar os membros da mesa na pessoa do nosso companheiro de luta de algum tempo na Secretaria de Justiça e Segurança Pública, José Antônio.

Eu estava pensando, enquanto ouvia os palestrantes, naquilo que eualaria sobre drogas. Eu não sei quase nada sobre o tema e vou me ater a trazer algumas opiniões bastante pessoais e algumas conclusões que temos tirado durante esse tempo de membro efetivo ao combate ao narcotráfico na região de fronteira.

Eu ouvi o representante da UNESCO falar sobre a qualificação da sociedade e penso exatamente que o combate eficaz de drogas passa justamente por isso. Porquanto, tenho alguns questionamentos comigo, que não consigo trazer, vislumbrar respostas. Por que já de há muito tempo o mundo inteiro luta contra a droga e até agora o combate é absolutamente insipiente, ineficaz e cada vez mais o universo daqueles que usam drogas aumenta numa proporção terrivelmente maior do que o exército daqueles que combatem o uso e os efeitos das drogas? Isso a nível mundial. Aí os Governos se organizam, endurece-se as legislações, o aparato de segurança é utilizado e o combate continua ineficaz.

Isso me traz a convicção de que usar drogas é extremamente prazeroso. Se assim não fosse, ninguém experimentaria drogas.

Recentemente nós vimos, e todos nós acompanhamos, um brasileiro ser condenado à morte num país que combate o uso e o tráfico de drogas, e ele será executado oportunamente. Aqui no Brasil, a nossa legislação trata o narcotráfico, o tráfico de drogas como crime inafiançável, e as pessoas que são pegas nessa prática, são presas e recebem penas altíssimas, mas ainda assim o narcotráfico cresce.

Nós estamos, senhoras e senhores, lidando com a segunda atividade econômica mais lucrativa. Nós estamos lidando com o instrumento proliferador da idéia do capitalismo selvagem. Tráfico de drogas perde, em termos de lucro, apenas para o tráfico de armas. E para os senhores terem a dimensão do lucro que a atividade proporciona, um quilo de pasta básica, aqui no País vizinho, aqui na Bolívia, se compra por três mil reais. Essa pasta básica de cocaína é vendida a vinte e cinco mil reais nos grandes centros. Em termos percentuais, eu não consigo calcular o quanto que se lucra com isso.

Mas a quem interessa a proliferação do narcotráfico? A uma sociedade, evidente, que ainda não se qualificou para esse combate. A uma sociedade que - e eu falo sociedade nacional e mundial - pensa que combater drogas mediante ação de polícia resolve o problema. Nem um pouquinho!!! Porque, daqui há pouco, num passado recente, instalamos um grupo de fronteiras com uma solução terrestre e temos notícia de que, hoje, o tráfico de drogas evoluiu para uma outra rota. E aí nós ficamos brincando de gato e rato, e a nossa ratoeira é sempre ineficaz para alcançá-los.

Mas a quem mais interessa tudo isso? Interessa às pessoas que se beneficiam disso, interessa a todos nós que, de maneira mais simples ou mais complexa, estamos envolvidos nesse processo de combater drogas.

Agora mesmo ouvíamos a leitura de um resultado das conseqüências que as drogas produzem e verificamos que o aumento da criminalidade e da violência é muito maior quando observamos a utilização de álcool, e álcool é uma droga lícita. E aí nós ficamos mistificando um monte de outras drogas: a cocaína, a maconha, o LSD e esquecemos que somos parte de uma

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

sociedade desqualificada que, muito mais do que sentir prazer no uso, estimula os nossos também a usar drogas.

Às vezes, eu chego da fronteira cansado, depois de uma labuta de trabalho, depois de ter apreendido durante esse período de um ano mais de cem quilos de cocaína e vejo pais oferecendo o primeiro copo de cerveja aos seus filhos de 12, 13, 14 anos. Eu fico pensando, será que vale a pena continuar estar nessa fronteira sofrendo todas agruras para se combater? Será que vale a pena tirar policiais da sua atividade operacional para empregá-los numa atividade de orientação, de prevenção? E aí a Polícia Militar descobre uma dimensão interessante para se encaixar nesse exército de combatentes.

Eu penso que é preciso buscar uma consciência. Eu não sei como qualificar essa consciência, mas eu tenho uma verdade atrás de mim que é mais verdadeira do que qualquer uma outra que eu já vi na minha vida: a família.

Se o combate não partir de lá, nós vamos continuar perdendo a guerra contra o narcotráfico, porque ela não vai deixar de ser a curto, a médio e a longo prazo, a segunda atividade mais lucrativa deste mundo.

Não adianta apenas falar para a juventude não usar drogas. Precisamos, senhor representante da UNESCO e doutor que vem lá da minha região de Quatro Marcos, continuar a criar instrumentos que sejam muito mais prazerosos do que o uso de drogas. Precisamos, Sr. Deputado, e aí a sua responsabilidade é muito maior como legislador deste país, ou deste Estado, criar instrumentos para que esta juventude tenha esperança. Esperança de trabalho, esperança de futuro, esperança de viver num país onde sua renda, sua riqueza seja melhor distribuída, esperança de nascer na periferia, de nascer com a cor negra e vencer numa sociedade racista. Essa é a luta eficaz, senão não adianta criar grupos especiais, ir para as escolas, falar para o jovem: Não use porque faz mal. E o jovem vai usar porque é própria a rebeldia nessa idade, é um ente da adolescência, é um atributo indispensável a qualquer adolescência.

É preciso criar mais condições de esperança e de coisas visíveis que dêem mais prazer a nossa juventude do que o uso de drogas.

Pois bem, senhores, como coordenador do Grupo Especial da Fronteira, a mim pouco compete a análise sociológica ou social do ambiente em que estamos inseridos. Eu sou técnico em segurança pública e, como técnico, preciso buscar mecanismos também para melhorar o combate contra essa atividade. E é dessa forma que temos nos posicionado lá na região de fronteira.

Eu trago aos senhores que há cinco anos a melhor área que a Bolívia tinha para o plantio da coca era equivalente a cinquenta mil hectares. Hoje, com uma intervenção americana, essa área está reduzida a menos de dez mil hectares de coca plantada. Considerando que a Bolívia utiliza a coca como elemento medicinal, praticamente, hoje, ela não é mais produtora da cocaína que entra no Estado e que abastece também outros Estados vizinhos nossos. A cocaína que temos recebido - e o Dr. Fransosi pode ser testemunha disso - tem chegado muito mais do Peru e da Colômbia.

Eu ouvi, anteontem, uma entrevista do Presidente colombiano que dizia que as FARC e os plantadores de coca já devastaram a Amazônia colombiana na ordem de um milhão e duzentos mil hectares. Isso nos deixa absolutamente impotentes no combate contra a cocaína. Vamos mudar esse foco.

Vamos combater o álcool? Vamos dizer para essa juventude que usar álcool é muito pior do que usar cocaína, porque o caminho para se chegar à cocaína é justamente o álcool e o cigarro.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu vejo que é preciso mudar o discurso. É preciso mudar a postura. É preciso mudar, senhor representante da UNESCO, toda a metodologia de combate, senão, continuaremos a ser derrotados (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Queremos registrar a visita dos alunos da 7ª e 8ª séries do ensino fundamental do Colégio Evolução, de Várzea Grande, à Assembléia Legislativa, pelo Programa Por Dentro do Parlamento, da Secretaria de Imprensa, acompanhados pelas professoras Neuza Silva dos Anjos, coordenadora; Andréa Queiroz de Arruda e Valdinete Ribeiro Rocha, em nome das quais agradecemos as presenças a esta Casa.

Senhoras e senhores, ouvindo a fala do Cel. Sales e daqueles que nos antecederam, é interessante ressaltar e dizer o que é a Frente Parlamentar Antidrogas. É um grupo formado por Deputados Estaduais, independentes de sua filiação partidária, de sua natureza política ou de sua ideologia.

Missão: trabalhar no aperfeiçoamento, na implantação e implementação de uma legislação que promova o desenvolvimento de ações objetivas para a redução da demanda e da oferta de drogas em nosso Estado, exigindo que o Governo adote uma postura firme no combate e à prevenção às drogas lícitas e ilícitas e no tratamento e recuperação à reinserção social dos dependentes de drogas. Priorizar a integração harmoniosa entre os órgãos governamentais e não governamentais, desempenhando seu papel na elaboração de trabalhos legislativos, participando dos encaminhamentos técnicos e políticos de temas que são tratados em todos os níveis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os membros são todos os parlamentares que aderiram à Frente Parlamentar Antidrogas. Os membros reunir-se-ão ordinária ou extraordinariamente por convocação do Presidente ou a requerimento de pelo menos 1/3 dos parlamentares filiados, com antecedência mínima de cinco dias. A reunião será instalada em qualquer número, sendo as deliberações aprovadas por maioria simples, ou ainda 2/3 dos votos filiados presentes, cabendo ao Presidente o voto Minerva. As deliberações ocorrerão em primeira convocação com qualquer número de participantes.

O que é a Frente Parlamentar Antidrogas, senhores? É exatamente o que estamos realizando nesta tarde. E ficamos bastante felizes com a visita desses jovens que hoje são os grandes focos para o narcotraficante. Antigamente se procurava na faixa etária dos adolescentes de dezessete, dezoito, vinte, trinta anos. Hoje o narcotraficante está procurando exatamente nas escolas, nas salas de aula, para que ele possa ter em seu domínio as nossas crianças e a nossa juventude. E é aí que temos que estar ainda mais atentos e alertas, e é esse o interesse da Assembléia Legislativa de estar contribuindo e participando para o bem-estar social no coletivo e também no individual na formação do cidadão.

Caso haja interesse da platéia em interpelar os palestrantes, poderão fazê-lo, com prévia inscrição junto ao Cerimonial, restritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por um prazo de três minutos.

E temos, neste momento, alguns dos inscritos que passaremos a ouvi-los.

Com a palavra, o Sr. Antônio Alves da Silva, Vice-Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

Antes, porém, gostaria de cumprimentar os ilustres companheiros que estão compondo a Mesa: Sr. José Antônio Vieira, Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes-CONEN, obrigado pela presença conosco; Major PM Tadeu, Coordenador do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência; Sr. Jonas Alves de Farias, Coordenador

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

Estadual da Maçonaria contra as Drogas no Estado de Mato Grosso; Sr. José Luiz Leite, Presidente do CEPROTEC-Centro Estadual, Profissional e Tecnológico do Estado de Mato Grosso; Dr. Wladimir Françosi, Delegado da Delegacia de Repressão de Entorpecentes; Colégio Evolução, marcando presença, mais uma vez muito obrigado pela presença. Temos ainda os nomes que já foram lidos pelo Presidente que nos antecedeu, do Dr. Ivo Saldanha, Médico Psiquiatra e Presidente do Conselho Municipal Antidrogas-COMAD; do Sr. Guaraci José de Almeida, Presidente do Escritório da UNESCO/MT; do Coronel Leovaldo Emanuel Sales, Coordenador do GEFRON, nosso particular amigo e irmão. Um abraço.

Com a palavra, o Sr. Antônio Alves da Silva.

O SR. ANTÔNIO ALVES DA SILVA - Senhoras e senhores, boa-tarde a todos, quero cumprimentar a Mesa.

Primeiramente, o meu agradecimento especial ao Coronel Sales que, quando foi Comandante na região do Grande Pedra 90, desenvolveu um grande trabalho. E quero agradecer o Coronel.

E quero agradecer ao Sr. José Antônio Vieira por essa iniciativa e, também, ao representante da UNESCO.

Em termos de combate a drogas, temos conhecimento de que, muitas vezes, o pai ou a mãe sai para trabalhar e o adolescente ou a criança fica sem uma ocupação. Por quê? Porque não tem uma área de lazer, não tem uma prática de desenvolvimento para um aprendizado e ele fica muito fragilizado nessas questões.

Enquanto o pai de família ou a mãe de família vai para o trabalho, aquele menor de 10 anos, de 12 anos, de 14 anos, fica em casa à toa, vai para a rua, fica quebrando vidraças, fica um instrumento fácil para ser subordinado pelos aliciadores na conjuntura geral. E temos conhecimento, também, de que só através de uma parceria com o Governo, com o município e com determinados órgãos é que vamos poder estar ajudando essa criança, esse adolescente para que, no futuro, possa ser um cidadão de bem. Fazendo isso como? Primeiramente, criando mecanismos para que ele possa ficar meio período desenvolvendo o potencial esportivo e meio período desenvolvendo a prática de aprendizado numa profissão, ou seja, existem várias coisas que não custam muito. Nós que moramos na periferia sabemos que é uma coisa ilusória fabricar um rodo, uma vassoura, mas o aprendizado numa outra escola vai ajudar esse adolescente. E, na prática esportiva, ele pode estar desenvolvendo, após passar por um psicólogo, o seu potencial na área de natação, vôlei, basquete ou futebol. E, futuramente, esse adolescente, esse menor desenvolvendo esse potencial, esse menor, desenvolvendo esse potencial, desenvolvendo uma parceria, pode ingressar numa escola de futebol e ser um craque do nosso município.

Então, eu agradeço a presença de todos e a oportunidade de dialogar com os senhores. Nós podemos fazer uma parceria entre municípios, Estado, periferia, órgãos públicos, UNESCO, Ministério Público e demais segmentos, para tirar o menor adolescente da rua, para que ele não corra tanto risco.

Eu agradeço ao novo comando da polícia do meu bairro, que vem desenvolvendo em excelente trabalho. Lá, foi criado recentemente o Grupo Só Alegria, onde que determinadas crianças de 10, 11 e 12 anos estão tendo uma postura de cidadão, eles têm se deslocado até a companhia e lá são orientados a se conduzirem, se comportarem. Então, essas crianças começam a ter uma valorização dentro do seu íntimo e uma vida melhor conduzida.

Muito obrigado a todos por esta iniciativa. Eu acredito que este foi o primeiro passo, que este passo que foi dado não pare por aqui, mas que continue cada dia mais. Muito obrigado (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Recebemos um documento do gabinete da Deputada Verinha Araújo, que passo a ler:

“Informamos a Vossa Excelência que a Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Deputada Verinha Araújo se ausentará da audiência pública do Conselho Nacional Antidrogas, tendo em vista que se encontra neste momento na audiência pública requerida pela Assembléia Legislativa para discutir a Mensagem nº 32/04, LDO, e a Mensagem nº 32-A, PPA.

Sem mais para o momento, agradecemos.”

É um comunicado da Deputada Verinha Araújo explicando os motivos de sua ausência, por estar trabalhando na região de Várzea Grande, onde está acontecendo a discussão da LDO e do PPA.

Passaremos a ouvir agora a Sr<sup>a</sup> Dalete Soares, presidente do Centro de Direitos Humanos de Várzea Grande.

A SR<sup>a</sup> DALETE SOARES - Boa-tarde a todas e a todos. Eu sou Dalete Soares, presidente do Centro de Direitos Humanos de Várzea Grande. Quero cumprimentar a Assembléia Legislativa por este ato, na pessoa do Sr. Deputado que se faz presente.

Eu quero dizer que para nós do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, o que nos preocupa, além da questão da impunidade, também é a banalização da violência.

Na minha região, que é o Parque do Lago, onde fica a Escola Evolução, todos os dias há notícias de que um jovem, entre 14, 15 até 25 anos, foi assassinado por causa de droga. E nós vemos que a sociedade já banalizou a situação, e diz assim: “Mais um morreu”, ou “menos um”. Ninguém diz como combater, como fazer para erradicar essa questão da violência e do tráfico de drogas em nosso Estado. Muito pouco se faz e se fala na questão de sociedade.

Nós vemos na mídia, muitas vezes, dizer assim: “Ah, morreu. Também, o cara era traficante”. Mas não se fala quem traficou, quem levou, quem passou, em que estado ele está, se está preso ou se não, se deixou de estar.

Muitas vezes, a sociedade está omissa nessa questão, omissa a essa realidade, e vemos filhos nossos se perdendo, da periferia, todos os dias, e as pessoas achando, de braços cruzados, que foi bom, aconteceu, era um traficante... “Ah, um ladrãozinho morreu”. Mas não falam quem o levou a esse vício, não falam se ele vai para a cadeia, se não vai.

Então, a questão da impunidade é que nós temos que discutir, de que forma, como esse elemento, como essa pessoa chegou até os nossos filhos e os abordou de uma forma assim cruel - porque é cruel ver a juventude se acabando.

Hoje, quando alguém completa 25 anos... Dias atrás, fui a um aniversário de um jovem de 25 anos e ouvi todo mundo dizer assim: “Ah, ele passou dessa fase”. Quer dizer, ele foi um privilegiado porque não morreu até os 25 anos assassinado, ou não assassinou e não está atrás das grades. É uma realidade nossa, que temos que discutir sim.

Eu quero que essa comissão leve essa discussão para as escolas, porque eu acho que o ponto fundamental está na questão da educação.

Nós precisamos, sim, discutir isso e quebrar paradigmas culturais, que são essa questão da violência e a banalização da violência. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Ouviremos agora a Professora Helenice Mieli, Coordenadora Pedagógica da Faculdade Afirmativo.

A SR<sup>a</sup> HELENICE MIELE - Senhores, boa-tarde.

Representando uma faculdade e ouvindo as palavras ditas, principalmente do Sr. Guaraci, que muito me impressionaram, e ele deve ter notado, porque eu balançava a cabeça algumas vezes e algumas vezes eu negava, me impressiona saber que numa assembléia como esta,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

tratando de um assunto tão sério, quantas pessoas estão aqui, quantas ONGs estão aqui, quantos membros da Associação dos Alcoólicos Anônimos estão aqui, quantas igrejas estão aqui?

Será que estamos interessados em questionar, em lutar, ou nós vamos fazer como aquele senhor militar que aqui falou? Será que vamos estar sempre preocupados em estar lá na fronteira combatendo, o bom combate, para que as drogas não entrem e elas continuam entrando, acabando e matando os nossos jovens? Será que é isso que vamos fazer? Ou será que nós temos que pensar que falamos, como o nosso representante da UNESCO disse, que nós temos as igrejas e sabemos - minha primeira formação profissional é assistente social - que as igrejas são o local onde se têm melhores resultados para as ações de combate às drogas. Cadê as igrejas? Onde estão elas? Pergunto aos senhores.

Talvez, se a Assembléia Legislativa estivesse promovendo uma festa, isso aqui estaria cheio, mas hoje, para discutir um assunto que tanto agride a nossa juventude, que tanto agride a essa família, como está escrito, quem está aqui para discutir? Quantos somos? Provavelmente não passamos de trinta pessoas aqui.

Então, como representante de uma instituição de ensino, sou Coordenadora Pedagógica da Faculdade Afirmativo, isso me preocupa muito. Eu acho que as igrejas podem contribuir, não como modelo único e isolado, mas com os princípios que norteiam os programas desenvolvidos pelas igrejas, já que são aquelas que têm tido melhores resultados no combate às drogas. Isso significa o quê? Significa os seus princípios, significa família e, acima de tudo, a vontade de resolver um problema, o amor a esse próximo.

As ONGs que tanto realizam - o próprio nome diz: anônimas... Se essas ONGs desenvolvem tantos trabalhos sociais de suma importância, onde estão? Onde estão os representantes das nossas universidades? Onde estão os representantes das nossas escolas? Vemos jovens que hoje estão nos visitando acompanhados de professores.

Então, eu congreso, sim, Sr. Presidente da Mesa, toda a nossa sociedade, os representantes das nossas instituições de ensino. Temos tantos cientistas, tantos profissionais capacitados, para ministrar aulas para jovens, e o que essas pessoas têm feito? Eu me proponho a congregar, a participar, como instituição de ensino desses grupos de trabalho, dessa frente de trabalho, para que combatamos com amor no coração, com princípios éticos aquilo que é o grande mal da sociedade, seja do negro, do pobre, do rico. Não importa a cor que tenhamos. Importa a cor do nosso coração, que é o amor ao próximo. A isso eu me proponho. Boa-tarde. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Passaremos a ouvir, agora, o Dr. Jonas Valença, médico psiquiatra.

O SR. JONAS VALENÇA - Sr. Presidente, autoridades da mesa, que eu cumprimento na pessoa do meu companheiro de luta, José Antônio. Eu estou representando o Presidente do Conselho Regional de Medicina que não pôde estar presente, porque está em Brasília.

Nós, do Conselho Regional de Medicina, estamos muito preocupados, não é nem com a questão das drogas, mas especificamente com a questão do álcool, como o Coronel levantou muito bem.

Em nível nacional todos os Conselhos Regionais estão instituindo um programa para tratar dos médicos alcoólicos. Então, vejam bem a que ponto que chegamos...

Nós, que somos tratadores de saúde, estamos evidenciando esse problema entre os nossos próprios colegas. Mas vamos então abordar a questão do álcool.

Desculpe-me se eu engasgar um pouco, porque eu fiz isso, hoje, no plantão do Hospital Adauto Botelho. Como o Presidente pediu que eu viesse, eu tentei mais do que rapidamente formular alguma coisa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

Trata-se do Conselho Brasileiro sobre Políticas Públicas do Álcool. Um grupo de psiquiatras, em nível nacional, se reuniu e resolveu tirar algumas medidas para enfrentar o álcool, como o Coronel tão bem falou.

Eu não podia deixar de mencionar, para começar, isso. Os Estados Unidos, infelizmente, em algumas coisas temos que tomar como referência.

No final do século XVIII, nos Estados Unidos, um psiquiatra americano constatou que mais de 30% dos pacientes internados em hospitais psiquiátricos era por consumo excessivo de álcool. Naquela época, foi proposto, numa política de saúde pública, a restrição do número do ponto de vendas e controle de preço de bebida alcoólica. Uma política que os Estados Unidos mantêm até hoje.

O Brasil ainda vive um descontrole social em relação ao álcool. Dados recentes mostram - e alguém falou aqui hoje - que até 60% das internações masculinas em hospitais psiquiátricos são em função do álcool, sem mencionar outros tantos problemas relacionados, como a violência, acidente de trânsito, falta e acidente no ambiente de trabalho... Outros dados sobre o descontrole em relação ao álcool são: um litro de pinga, de cachaça em nosso país custa menos do que três reais. Em qualquer lugar dito mais desenvolvido que o nosso não se compra um litro de destilado por menos de dez dólares, por menos de trinta reais. No Brasil qualquer pessoa pode comprar bebida alcoólica em qualquer lugar, a qualquer hora e cabe, ainda, lembrar que essa mesma pessoa, às vezes, pode ter qualquer idade. Uma cena presenciada por mim num supermercado de Cuiabá: uns meninos entraram, compraram um quilo de feijão, um quilo de açúcar, uma garrafa de pinga, passaram pelo caixa. Perguntaram: “para quem é isso?”. Um deles respondeu: “É para minha mãe”. Logo depois, no estacionamento, estavam eles misturando a pinga com o açúcar, e o feijão ficou no chão.

Então, é só para vocês verem como são falhas as nossas políticas em relação ao álcool, sem falar das drogas na fronteira, de que o Coronel falou.

A propaganda na TV é cada vez mais agressiva, visando apanhar pessoas cada vez mais jovens. Todos vocês se lembram da propaganda da cerveja na última copa, da tartaruginha e do caranguejinho. O que é que era aquilo senão arrebatar crianças, quando todo mundo estava assistindo? O Ronaldinho ia jogar logo, logo; aparecia a tartaruginha; e o papai falava: “pega a cerveja para o papai?”. Qual, papai - da tartaruginha ou do caranguejinho? Não é verdade? São maneiras permissivas da criança ir se acostumando com o produto. Na hora que você vê, o seu próprio filho está tomando a cerveja. Isso foi proibido, esse tipo de propaganda hoje está proibida de ser veiculada na TV.

Excluído: acosatumando

Excluído: poribida

Programas mais efetivos com relação aos jovens parece-me ser aqueles que atingem várias áreas da vida dessas pessoas. Então, os programas direcionados só para escola não são os melhores. Nós temos que alocar a questão dos problemas do álcool e das drogas em todos os lugares que os jovens vão.

Excluído: nas

Quanto ao álcool, eu não sei se vocês já viram em volta da Assembléia Legislativa quantos bares tem... Alguém já passou pela rua e contou quantos bares tem em cada quarteirão? E se naquele quarteirão tem uma escola? Então, é importante nós estarmos direcionando a maneira crítica como o jovem começa a observar sua vizinhança.

O perigo mais efetivo para prevenção aos jovens, não só com relação ao álcool, parece-me que é dos 10 aos 15 anos, como alguém já se disse aqui. Os programas interativos parecem ser mais eficazes do que esses programas de prevenção didático, em que se dá uma cartilha para os jovens. Mas, se você fazer o jovem participar daquele processo é muito mais importante do que você dar algo para ele ler. A questão do interativo com computação, coisas desse tipo, dele ir em



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

determinado lugar e ver o problema. A participação dos pais e da comunidade nos programas escolares envolve muito mais todo mundo e esses programas são muito mais eficazes.

Então, não adianta fazer um programa interno, como alguém já disse - eu acho que foi algum professor -, de cada intuição, de cada escola ser uma instituição específica. Nós sabemos se naquela comunidade, naquela específica, os pais, a comunidade estão envolvidos. Aquele é o programa daquela comunidade; aquele é programa daquela escola, porque aqueles problemas não têm nada a ver com algo que já vem pronto e de fora. A verdade é que os programas escolares aumentam o conhecimento com relação às drogas e ao álcool, mas não diminuí o consumo. Isso já está constatado.

Portanto, as abordagens escolares devem ser partes integrantes de um conjunto de abordagens, ou seja, as políticas escolares podem contribuir para sustentação de outras medidas. As políticas escolares têm de estar integradas numa rede maior.

Ainda em relação ao álcool, as políticas de saúde pública devem priorizar que o álcool não é um produto qualquer. Nós falamos de droga, mas não a associamos ao álcool. O álcool é uma droga.

Taxas e impostos sobre bebidas são instrumentos poderosos na política para recrutar dinheiro que poderia ser usado para reduzir os danos causados pelo álcool, assim como espécie de compensação social decorrente dos malefícios originados pelo álcool. Isso já começa a acontecer com o cigarro.

Eu acho que a frente parlamentar, Sr. Deputado, poderia estar pensando nisso em nosso Estado, em uma maneira de direcionar esses impostos, essas taxas para alocar esses recursos de maneira específica.

Eu sei que a repressão à droga, a apreensão, alguma coisa já está sendo feita com relação a isso. Eu pergunto: Em nosso Estado, o dinheiro que é arrecadado com imposto de álcool, com a venda de álcool, para onde vai? Está sendo feito um projeto de lei específico para isso? É preciso controlar a disponibilidade do álcool, dia e horário de funcionamento de determinados pontos de venda. Tem lugares, um posto de gasolina vendendo, uma loja de conveniência, vinte e quatro horas, na beira de uma estrada, bebida alcoólica, na estrada da Chapada, e todos nós freqüentamos no final de semana.

Controle do número e intensidade desses pontos de venda, com determinada área de zoneamento urbano, perto de escola, quantos bares pode ter ali. Idade mínima para compra. Implantação de sistema para venda. Quem vai poder vender naquela localidade bebida alcoólica?

Hoje, qualquer um abre uma vendinha e está lá vendendo bebida alcoólica.

Quanta cerveja sai da fábrica? Nós temos um controle de quantas garrafas são produzidas? Qualquer outro lugar do mundo sai um selo em cima. Isso é feito em nosso Estado como uma garrafa envasada. Quem faz esse controle? Quantos caminhões saem? Isso são coisas que poderíamos estar arrecadando, dinheiro, taxando, dificultando esse consumo. É um ponto extremamente delicado que estamos tratando aqui com poderes, com um *lobby* imenso, que é o *lobby* do álcool, talvez mais importante que o *lobby* do tabaco.

Com relação ao trânsito, em mais de 60% dos acidentes - os policiais sabem disso - há álcool envolvido. Exigir níveis mais baixos de concentrações séricas de álcool no sangue, este Estado pode fazer isso. Todo motorista no Estado de Mato Grosso que for pego vai passar por um teste e tem que ter uma quantidade mínima. Nós podemos pensar numa coisa desse tipo. Certeza de punição, porque o indivíduo é pego e no outro dia está na rua. Isso é o que mais vemos. Então, isso tudo poderia ser feito através de leis dessa frente parlamentar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Outra coisa, vai haver uma velocidade na punição. Aquela carteira vai ser efetivamente cassada e o indivíduo não vai ficar dirigindo anos e anos e anos se envolvendo em acidentes.

Essas campanhas públicas, como a Semana Nacional Antidrogas, são extremamente valiosas, mas como alguém já disse aqui, voltaremos para casa e o que realmente será feito? Algo vai ser realmente feito, eu acho, quando essa frente parlamentar realmente assumir essa bandeira e nós, como sociedade organizada, começarmos a exigir que essa frente parlamentar realmente leve adiante essa bandeira.

Então, é preciso uma descentralização do processo com tomada de decisões políticas locais. O que importa para mim hoje é Cuiabá, é Mato Grosso. Não sei o que Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro vão estar fazendo, mas o que nós, cidadãos deste Estado, essa futura geração que senta lá atrás, que um dia vai estar sentado aqui na frente, o que vamos estar fazendo por eles, pelos nossos filhos, pelos nossos netos. É preciso vontade política para se manter um programa de intervenção permanente com reavaliações e mudanças sistemáticas. O que não dá certo, vamos abandonar, como o Dr. Ivo disse. O que não serviu nos grandes centros, o que não serviu para gente, abandonamos. O que servir, exportamos. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Antes de passar a palavra para o nosso mestre de cerimônia, agradecemos as pessoas que participaram, colocando aqui seu ponto de vista no combate às drogas.

Agradecemos o Sr. Antônio Alves da Silva, Vice-Presidente do Conselho Comunitário de Segurança; a Sr<sup>a</sup> Dalete Soares, Presidente do Centro de Direitos Humanos de Várzea Grande; a professora Helenice Miele, Coordenadora Pedagógica da Faculdade Afirmativo, e o médico psiquiátrico, Dr. Jonas Valença.

Dentro da cobrança da professora Helenice - não que seja uma cobrança, mas uma observação que foi colocada, melhor dizendo -, se não tivermos a presença da igreja nesses movimentos, se não tivermos a presença de Deus lá nas residências, tudo isso poderá virar nada. Primeiro, temos que inserir a presença de Deus em nossas vidas, em nossos lares. E a igreja tem o papel fundamental.

Quando a senhora colocou com relação às igrejas, as ONGs, eu me lembrei do meu município. Em Cáceres, nós temos hoje no papel trinta e três ONGs registradas, desde o meio ambiente, conselhos antidrogas, grupos cooperativos no combate à repressão, mas, na verdade, só temos um que funciona precariamente, dada a ausência do Poder público, que é o CERDAC, que o nosso querido Coronel Sales conhece muito bem. Tirou daí.

Cobramos muitas vezes das nossas autoridades, mas quando temos que analisar que tudo isso que está acontecendo, vemos que é um produto do meio em que vivemos. Não adianta tão-somente reprimirmos o narcotraficante, abarrotarmos as nossas cadeias de traficantes, porque lá é o lixo da sociedade. É necessário que insira neste momento a igreja, Deus, neste contexto para que possamos ter os avanços tão desejados.

Com a palavra, o nosso mestre de cerimônia.

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Neste momento, convidamos o Sr. José Antônio Vieira, Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN/MT para fazer a entrega do Diploma de Mérito pela Valorização da Vida aos ilustres senhores.

Convido a Sr<sup>a</sup> Lilian Bruehmuller, Presidente do Grupo Refrigerantes Marajá, para receber, das mãos do Sr. José Antônio Vieira, o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida. (NESTE MOMENTO, O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA PROCEDE À ENTREGA DO DIPLOMA À AGRACIADA - PALMAS.)

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Convido o Sr. Natalício Menezes, Secretário Executivo do Fórum do Direito da Criança, para receber das mãos do Sr. José Antônio Vieira o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida.

(O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA PROCEDE À ENTREGA DO DIPLOMA AO AGRACIADO - PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Convido o Sr. Guaraci José de Almeida, Presidente do Escritório da UNESCO em Mato Grosso, para receber das mãos do Sr. José Antônio Vieira o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida.

(O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA PROCEDE À ENTREGA DO DIPLOMA AO AGRACIADO - PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Convido o Major PM Alberto Barros Neves para receber das mãos do Sr. José Antônio Vieira o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida.

(O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA PROCEDE À ENTREGA DO DIPLOMA AO AGRACIADO - PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Deputado Riva, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Dr. Waldenir Rodrigues Benedito, Consultor Técnico-Jurídico da Mesa Diretora, para receber das mãos do Sr. José Antônio Vieira o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida.

(O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA PROCEDE À ENTREGA DO DIPLOMA AO REPRESENTANTE DO AGRACIADO - PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Sr. Presidente, feito a entrega dos Diplomas.

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Se não houver mais nenhum inscrito para fazer uso da palavra, deixo à disposição dos nossos ilustres companheiros da Mesa para as suas considerações finais neste ato tão importante.

Com a palavra, o Sr. Guaraci José de Almeida, nosso Coordenador da UNESCO.

O SR. GUARACI JOSÉ DE ALMEIDA - Deputado Da Silva, meu amigo José Antônio e a todos vocês, em nome do Escritório da UNESCO, que acaba de ser homenageada com o Mérito pela Valorização da Vida, eu quero agradecer e deixar o Escritório Antena, no Estado de Mato Grosso, sob nossa coordenação, à disposição de todos os senhores para que possamos, em outras oportunidades, discutir e aprimorarmos um pouco mais as possibilidades de parceria.

É responsabilidade de uma agência internacional de cooperação técnica, uma agência de caráter intergovernamental do sistema ONU, estar sempre à disposição para melhoria da qualidade de vida em todos os países onde ela se faz presente. E aqui nós estamos com essa disposição. Nossos recursos e nossas instalações ainda são pequenos, mas temos alguma tecnologia na área de mediação de conflito. A UNESCO tem uma parceria extraordinária em ações dessa natureza em outros países. É evidente que de imediato não se pretende trazer, ensinar ninguém no Estado de Mato Grosso a agir. Simplesmente, a partir do momento em que as ações já estiverem entabuladas, já estiverem acontecendo, é que teremos algum ponto de referência para compará-las, para que possamos aprimorar o agir do dia-a-dia. É nesse momento em que o escritório se coloca à disposição.

Da gravidade dessa questão, talvez os senhores tenham visto com relação a uma política para juventude entre 15 a 24 anos, que foi lançado, há uns quinze dias atrás pela UNESCO, o mapa da violência. Entre 1993 e 2002, se no conjunto da sociedade houve um incremento sobre a questão da violência em torno de 62%, para os jovens de 15 a 24 anos esse incremento foi de 88%.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Há uma questão de gênero embutida nessa discussão, onde 93% dos jovens são meninos e não meninas, são do gênero masculino e não feminino. Portanto, há aí também uma discussão aprofundada que nós devemos levar em consideração.

E se observarmos a questão da raça, se de cada cem que foi acometida por violência, 65% são negros, e, no caso dos jovens de 15 a 24 anos, eles passaram para 74%. Portanto, são três quartos; de todos aqueles jovens acometidos por violência, um é negro. Esta é uma outra questão que nós temos que enfrentar.

Aí vem a notícia ruim: Mato Grosso, por homicídio, sai do 17º lugar, em 1993, para o 12º em 2002. Nas capitais brasileiras, hoje nós estamos em 7º lugar. Se antes, por suicídio, ocupávamos o 18º, passamos a ocupar o 7º lugar.

E aí vem uma outra preocupação em relação ao trânsito. Mato Grosso, em relação ao trânsito, era o 15º Estado, hoje passou a ser o 2º. Entre as capitais brasileiras, nós éramos a 24ª Capital brasileira em questão da violência no trânsito, hoje somos a 4ª Capital.

Portanto, nós temos aí algumas coisas que vieram acontecendo. Esses dados são referências em cima do DATA-SUS para o ano de 2002, não é para 2003 e nem para 2004, é um comparativo entre 1993 a 2002.

O recrudescimento da violência e grande parte disso, através das drogas lícitas e ilícitas, são extremamente significativos. E muito mais significativo para nós, como um estado periférico, é o custeio da saúde pública e da educação, do dinheiro que está vazando, saindo, se esvaindo, como o sangue de alguém que está com artéria cortada, pelos ralos. Por quê? Porque o nosso custo na área de saúde é incomensurável em razão disso.

A nossa produtividade e a produção das nossas empresas também estão sendo afetadas nesse sentido.

Portanto, se gastarmos hoje cinco milhões, dez milhões, nós poderíamos, na prevenção disso, ter um lucro de dez, quinze, vinte vezes maior, o que poderia estar resolvendo outras questões sociais no Estado.

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Ainda em tempo, quero registrar a presença do Vereador César Davi, do PMDB da Câmara Municipal de Cáceres, marcando presença aqui conosco. Muito obrigado.

Gostaríamos de ouvir agora a Srª Lílian Bruehmueller, que acabou de receber a sua Comenda, e assim será com todos que receberam esse certificado. Gostaria de lembrar que o tempo é, exatamente, de três minutos para as suas considerações.

A SRª LÍLIAN BRUEHMUELLER - Quando eu cheguei a este local, hoje à tarde, encontrei a nossa colega do CONEN e agradei profundamente a ela e ao José Antônio pelo carinho, por esta homenagem, e eu disse a ela naquele momento que, na verdade, eu me sentia até um pouco constrangida de estar aqui recebendo esta homenagem, porque como cidadã, como brasileira, eu vejo que o pouco que fazemos nada mais é do que uma obrigação nossa.

Então, nós vemos até com tristeza que, quando fazemos uma coisa mínima pelo nosso próximo, nós somos homenageados, como fomos hoje nesta tarde. Eu agradeço pelo carinho dos senhores e pela amizade, mas quero convocar as pessoas presentes para que façamos mais. A nossa obrigação é levar felicidade a nosso próximo. Isso não é nenhum lisonjeio, é obrigação nossa. Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Na seqüência, ouviremos o Sr. Natalício Menezes, Secretário-executivo do Fórum dos Direitos da Criança.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Boa-tarde a todos. Cumprimento a mesa em nome do Deputado Estadual Da Silva e do Sr. José Antônio, que muito bem conduz a presidência do CONEN, sintam-se todos cumprimentados.

Para mim é uma alegria imensa receber este título, este mérito pela valorização da vida, com o qual fomos agraciados. Quando fui comunicado de que talvez receberia este título, fiquei muito feliz, porque isso demonstra que sempre tem alguém olhando e avaliando os trabalhos que vimos realizando.

Nós começamos um trabalho realmente de combate à demanda de drogas na Pastoral da Menor no ano de 2000, com o Projeto Seja Vivo, Não Use Drogas, e eu dedico este prêmio inteiro aos jovens que formaram o GRIT - Grupo Infantil Teatral, que já passou por mais de cem escolas, onde os próprios jovens falam com outros jovens, e assim fica uma linguagem mais fácil, através do teatro, da música, e eles conseguem se entender.

Então, o nosso trabalho nas entidades não governamentais vem sendo feito, que é o da redução da demanda, tentando fazer com que a criança, o adolescente, aquele que não está no período de aulas, que ele seja inserido num programa governamental ou não governamental, com aulas de teatro, música, artesanato, informática, capoeira, dança, educação para o mundo do trabalho, para que esses jovens sejam cidadãos realmente responsáveis e que eles não sejam recrutados pelo narcotráfico, muitas vezes, por falta de oportunidade, por falta de emprego.

Nós sugerimos a essa Frente Parlamentar que invista mais em projetos e programas sociais do Estado; regulamente uma cooperação técnico-financeira entre o Estado e as organizações não governamentais, aquelas que trabalham com seriedade, e isso pode ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas, pelos Conselhos, pelos Fundos, para que as entidades possam trabalhar realmente, porque isso não é apenas o combate, mas vai gerar emprego lá na base, porque vamos contratar monitor de capoeira, de dança, de informática, assistentes sociais, psicólogos.

Então, forma-se uma frente de trabalho. E hoje é muito difícil falar apenas em voluntariado, porque muitas pessoas estão desempregadas e precisam ganhar, pelo menos, um pouquinho para desenvolver alguma ação. Apenas o Estado, sozinho, não vai conseguir. E a parceria com as entidades não governamentais é de extrema importância neste combate. Muito obrigado e felicidades a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Convidamos o Major PM Alberto Barros Neves para fazer uso da palavra.

O SR. ALBERTO BARROS NEVES - Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, eu queria agradecer ao CONEN por ter indicado o meu nome, provavelmente foi porque eu trabalhei à frente do PROERD, que é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, onde hoje está o nosso colega Tadeu, mas estamos à disposição do Poder Judiciário atualmente, nunca deixamos de trabalhar na área.

Atualmente, eu faço parte do *Lions Club*. Estamos trabalhando, estão aqui alguns colegas meus, e nós estamos tentando também criar algum trabalho a esse respeito, porque nunca é demais.

Nós sempre comentamos, até mesmo no PROERD, que isso não é tudo, não há uma fórmula mágica, mas é alguma coisa, alguma coisa boa, porque hoje em dia a nossa sociedade - realmente, todos que falaram, comentaram alguma coisa a esse respeito - espera muito e não faz. Nós achamos que dizer assim: eu sou um cidadão de bem, eu não faço nada de mau. Mas hoje não basta isso. O mau já ganha quando o cidadão de bem não faz nada. Então, temos que fazer boas

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ações. Se cada um fizer um pouco, é claro que juntando, integrando, é melhor ainda. Se cada um fizer um pouco, já é alguma coisa.

Para resumir, eu só queria contar uma história rapidamente. Um cientista social trabalhava em suas pesquisas para melhorar o nosso mundo, mas ele tinha uma criança, um filho de dez anos que queria a atenção dele. Ele trabalhava em casa, e o filho dizia: “Pai, vamos brincar, vamos brincar”. E ele: “Não, meu filho, papai está trabalhando.” Lá pela quarta ou quinta vez que o filho dele veio, como ele não conseguia trabalhar, ele bolou o seguinte: ele pegou o mapa mundi, recortou-o todo, separou os países todos, entregou para o filho dele e falou: “Toma, meu filho, esse aqui é o mapa do mundo. Vá para o seu quarto e monte o mapa. Só volte quando ele estiver montadinho! Pegue este durex, cole direitinho e só volte quando estiver consertado!”.

Aí, ele pensou: “Agora, estou tranqüilo, vou ter descanso, vou poder trabalhar sossegado!”. Só que não se passaram dez minutos e voltou o gurizinho já com o mapa montado, coladinho com durex. Ele não acreditou: “Mas como? Não é possível!”. O filho dele tinha dez anos, como ele teria conseguido isso tão rápido?. E perguntou: “Meu filho, como você conseguiu montar o mundo tão rápido, você não conhece o mundo, você é jovem, você tem dez anos!”. “Não, pai, é que quando fui começar a montar o mapa mundi, eu vi que atrás tinha um corpo humano. O mundo eu não conheço, mas o homem eu conheço. Então, eu consertei o homem. E quando eu virei o mapa, eu vi que o mundo havia sido consertado”.

Então, se nós quisermos vencer essa luta, nós temos que consertar o coração do homem. Aí, nós vamos vencer essa luta. Se nós reduzirmos a demanda, e se tem oferta é porque tem demanda, se nós conseguirmos dizer não às drogas, não vai ter mais problema. Só que falar é fácil, colocar isso na prática que é complicado.

Novamente, eu agradeço ao CONEN, a todos aqui da mesa, e me coloco à disposição de todos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Com a palavra, o Sr. José Antônio Vieira, presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA - Eu fiquei muito satisfeito também por tudo que foi discutido aqui, mas é sempre bom lembrar para os senhores que a questão das drogas não é só uma questão de substância, seja ela lícita ou ilícita, ela não se resume a isso.

Nós temos muitas situações. Se observarmos, para qualquer outro tipo de patologia existe uma regulamentação, hoje existe um mínimo de organização para se prevenir, para se tratar, enfim. E tudo isso passa por uma situação que, em nível nacional, vem sendo tratada de uma forma muito interessante. Os senhores podem até estranhar que eu esteja sempre falando em nível nacional, mas eu falo porque eu faço parte do Conselho Nacional e tenho percebido todos esses avanços que vêm acontecendo, embora nesse cenário eles pareçam muito pequenos, mas é o que nós temos conseguido avançar.

Eu me lembro, o Guaraci estava falando alguma coisa aqui na questão dos gestores, o quanto é importante para se desenvolver uma política... Nós estivemos lá em Brasília, agora na última reunião do Conselho Nacional, dia 02 - se não me engano -, participei lá, nós verificamos que esses avanços todos nunca tinham sido discutidos no antigo CONFEN, agora Conselho Nacional, como a questão do álcool que foi discutida agora. Existe uma comissão científica no Conselho Nacional que vai estar lidando com isso.

É lamentável, quando se fala em drogas - o Jonas colocou muito bem - que as pessoas se esquecem que o álcool também é droga, a forma de suas conseqüências. Mas todos esses avanços são muito importantes - o maior deles que nós lutamos. Tenho certeza disso. O Alberto tem razão, o Coronel Sales aqui falou muito bem. Mas nós percebemos que ainda há muito estigma

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

como foi a colocação daquela senhora lá do Afirmativo. A coordenadora disse: “esse estigma que permeia toda a situação é muito forte.” Eu, às vezes, encontro com alguns conhecidos meus na rua, e eles dizem para mim: “nossa, Zé Antônio, que interessante, que maravilhoso aquele trabalho que você estava fazendo.” Eu sempre pergunto: você lembra do que eu estava falando? “Ah, você estava falando daquele negócio com que você mexe.” Dá-se a impressão de que eu sou o único dentro do Estado que posso mexer com droga. “Você estava falando de droga, Zé Antônio.” Alguns lá na Secretaria até brincam comigo: “oh, essa questão de droga é com o Zé Antônio, é o Zé Antônio que mexe com droga aqui.”

Mas, na realidade, nós ficamos observando todas essas situações e chegamos a essa conclusão, porque o estigma de tudo isso, de repente, as pessoas têm muita idéia de que o problema de drogas sempre está na casa do vizinho, nunca está dentro de casa. Aí quando acontece dentro de casa, é quando a casa cai! É quando desaba, é quando o marido e a esposa já estão dormindo em quartos separados, é quando os filhos já estão tendo comportamentos adversos, na escola eles não vão bem, daqui a pouco eles estão envolvidos com a polícia de novo. Quanto a isso tudo dá-se a impressão, eu volto a falar de novo, que o problema é só cocaína, maconha e a pasta base, mas isso começa dentro de casa pelo álcool, que se começa toda a iniciação.

De todos os levantamentos de algumas pessoas que nós temos atendido no CTR, nós verificamos todas essas oscilações. A faixa etária de experimentação sempre vai ser da bebida alcoólica, nunca vai ser da maconha. Mas até nessa pessoa, quando procura o tratamento... Você já usou algum tipo de droga? “Já.” Que droga você usou? “Ah, usei maconha.” E álcool você já... “Ah, mas álcool foi muito lá atrás.”

Então, é uma situação... É o estigma mesmo. Nós precisamos, dentro da sociedade, como dizia o Guaraci, de uma contracultura. Não é só cultura do *happy hour*.

Todo ser humano que trabalha, que é responsável, que trabalhou o dia de hoje, é merecedor, no final do dia, de uma meia dúzia de cerveja. A família dele também é merecedora. A família desfruta de todo esse sacrifício de um dia de trabalho, quer dizer, a esposa, o filho... Então, não precisa ser comemorado só com bebida alcoólica. Tem muito *happy hour* que podia ser regado a água mineral. Temos águas minerais muito interessantes, não estou dizendo nem a questão do refrigerante, mas por quê água? Nós experimentamos uma sociedade regada à água mineral ou que seja até refrigerante? Nós temos estatística que isso traz consequência na família, na escola, no âmbito profissional?

Então, eu entendo muito que esse estigma ainda... A sociedade precisa avançar um pouquinho. Nós precisamos ainda de um enfrentamento maior, não só da sociedade, mas também do poder público federal, estadual, municipal, enfim.

Eu quero realmente agradecer a oportunidade de todas as pessoas que foram convidadas e dizer que amanhã, a partir das 08:00 horas, teremos mais duas atividades relativas a essa terceira semana estadual de prevenção às drogas e à sexta semana nacional anti-drogas, que vai ser em redes sociais, que vai acontecer lá no auditório da Receita Federal, lá perto do novo *shopping* que vai sair na Avenida do CPA. Rede Social é o tema da campanha desde ano, dessa semana nacional, que é: juntos seremos mais fortes. E é uma importância, porque isso vem desde o seio familiar, desde a escola, desde o trabalho, quer dizer, juntos seremos mais fortes como uma propositura de envolvimento aí das parcerias, enfim, do poder público.

Nós também vamos ter uma panfletagem, que é uma iniciativa da FEICOMBUSTÍVEL e do SINDCOMBUSTÍVEL, aqui, Estadual, junto com a Scania, onde estaremos fazendo essa panfletagem nos postos de gasolina, em cinco postos de gasolina, falando sobre beber e dirigir. E no sábado de manhã é quando encerraremos essa semana estadual, com uma

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL ANTIDROGAS E PARA**  
**INSTITUIR A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, REALIZADA NO DIA 24 DE**  
**JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

caminhada pela vida que vai ter a saída, a concentração inicial no monumento Ulisses Guimarães, ali na Avenida do CPA, até o Parque Massairo Okamura. Estão todos convidados, bem como os amigos, filhos, esposa, que puderem e quiserem participar. Estaremos lá para receber a todos vocês. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DA SILVA) - Assim sendo, senhoras e senhores, agradecemos a presença de todos que aqui estiveram participando, trazendo seu conhecimento, enriquecendo mais este debate.

Só nos resta dizer, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, quando do encerramento desta audiência pública, que nós estamos imbuídos na participação, na colaboração daquilo que for possível para continuarmos dando a nossa contribuição ao Estado de Mato Grosso, ao município e àquelas entidades ligadas direta ou indiretamente ao combate às drogas.

Convido a todos a se colocarem de pé para a execução do Hino de Mato Grosso.  
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO.)

O SR.PRESIDENTE (DA SILVA) - Em nome da democracia, principalmente em nome de Deus, declaro encerrada esta audiência pública.  
(LEVANTA-SE A AUDIÊNCIA PÚBLICA.)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
  - Ana Lúcia Bigio;
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques.